

O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES MILITARES NA UNIÃO EUROPEIA

NUNO PEREIRA DA SILVA

A União Europeia (UE) nestes últimos dez anos desenvolveu as estruturas, conceitos e processos necessários ao desenvolvimento das Capacidades Militares, para que possa ser um ator global na cena Internacional. Assim haja vontade política.

P 2

O PAPEL POLÍTICO DA IGREJA ORTODOXA NA FEDERAÇÃO RUSSA

MARIA FRANCISCA SARAIVA

A ascensão meteórica da Igreja Ortodoxa Russa junto da elite governante russa revela uma transformação óbvia do papel atribuído à educação espiritual da nação.

No processo de implementação de um regime quase confessional na Rússia, a Igreja Ortodoxa tem desempenhado um papel central na defesa dos “valores espirituais” do Estado e da matriz identitária do regime autocrático de Putin.

P 6

O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES MILITARES NA UNIÃO EUROPEIA

NUNO PEREIRA DA SILVA

Coronel de Infantaria, assessor de estudos e investigador do Instituto da Defesa Nacional

Introdução

Ao longo deste pequeno artigo vamos tentar demonstrar que a União Europeia (UE) nestes últimos dez anos desenvolveu as estruturas, conceitos e processos necessários ao desenvolvimento das Capacidades Militares, para que possa ser um ator global na cena Internacional. Assim haja vontade política. Após o estabelecimento do “*Helsinki Headline Goal*” (HHG) 2003 até ao fim da segunda Presidência Portuguesa da UE, que tivemos o privilégio de integrar ativamente, um longo caminho foi percorrido no desenvolvimento das Capacidades Militares, que muito brevemente vamos referir, pois nesse caminho foram, após um processo muito exigente de análise, determinadas em termos de Capacidades as lacunas existentes na UE.

O Planeamento e o posterior desenvolvimento de Capacidades Militares exige um esforço continuado de Investigação operacional, efetuado quer no Comité Militar (MC) quer na “*European Defence Agency*” (EDA), conforme estabelecido no “*Capability Development Process*” (CDP), que vamos explicar muito sumariamente como funcionam. Não se resolvem as lacunas existentes na UE de um momento para o outro. As Capacidades planeadas na atualidade só têm reflexo a Médio/ Longo prazo.

O conceito de “*Pooling and Sharing*” parece ser,

como vamos tentar demonstrar, uma forma de se atingir a cooperação estruturada permanente (PESCO), em termos de desenvolvimento de Capacidades Militares.

Implementação das Estruturas e das Capacidades necessárias ao desenvolvimento da PESC

Após o conflito dos Balcãs e após a Cimeira de Colónia, a União da Europa Ocidental (UEO) esvaziou-se e, praticamente todas as suas missões e competências migraram para a UE/ Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) antecessora da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), nova designação da PESC inscrita no Tratado de Lisboa (TL) em 2007, com exceção do seu artigo V que só foi assumido pela UE no Tratado referido.

Não querendo fazer deste capítulo um artigo sobre história da PCSD temos no entanto que referir que a necessidade de haver estruturas na UE capazes de estabelecer e aconselhar militarmente o Conselho, estabelecer conceitos, desenvolver Capacidades Militares, aconselhar, planejar e em último ratio conduzir operações militares, surgiu na UE após a incapacidade manifesta da Instituição em responder ao Conflito nos Balcãs.

As estruturas militares mais importantes que foram criadas no âmbito da PESC e que lhe

permitted atualmente responder a Crises são, o Comitê Militar (EUMC) e os seus dois Grupos de Trabalho WG, de destacar o "Headline Goal Task Force" (HTF), grupo *ad hoc* estabelecido para o desenvolvimento de Capacidades Militares, que se tornou permanente após o TL, Estado-maior (EUMS) e a Agência Europeia de Defesa (EDA). Após o TL surgiu ainda uma nova estrutura designada por Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), que criou novos órgãos e congregou outros, que se encontravam disseminados no Conselho e na Comissão, relacionados com a ação externa da UE, tendo nele sido agregados entre outros o EUMS.

Este novo serviço implementado há cerca de dois anos, vai ser avaliado durante o corrente ano ("Mid Term Review"), sendo ainda, em nossa opinião, relativamente cedo para se efetuar um julgamento definitivo sobre o mesmo.

A oposição dos países mais Atlantistas da UE liderados pelo Reino Unido, à criação de uma Capacidade na UE, um "Operational Headquarter" (OHQ), capaz de efetuar o Comando e Controlo de uma operação militar, todo o seu planeamento e de efetuar também "advance planning", para eventuais operações futuras, dificulta o trabalho da Instituição UE, malgrado ter sido criado no EUMS uma "CIVMIL cell" com algumas capacidades, limitadas, para efetuar a supra referida missão.

A UE, como instituição, só pretende possuir Capacidades para responder a crises nos níveis Político/Militar, Estratégico e Operacional, não pretende ter Comandos de Forças nem Forças próprias, devendo estas pertencer aos Estados Membros que voluntariamente as colocarem à sua disposição quando necessário.

De todas as estruturas que referimos as mais importantes, em termos militares para o desenvolvimento de capacidades militares são o MC e o Grupo de trabalho HTF, o EUMS agora integrado no SEAE, que para além de

outras missões secretaria o MC e a EDA.

O HHG e os Cenários Genéricos

Na Cimeira de Helsínquia foi estabelecido o HHG 2003 que referia muito sumariamente que a UE deveria vir a dispor de uma força escalão Corpo de Exército de cerca de 60 000 homens, para no prazo máximo de 60 dias poder ser projetada a uma distância até 60000 Km (em termos de planeamento foram considerados 60 000 Km contados a partir de Bruxelas), quando a NATO não estiver envolvida ("when NATO as a Whole is not engaged").

Para a transformação deste objetivo político em Capacidades Militares e para o seu posterior desenvolvimento, foi estabelecido inicialmente de uma forma ad hoc o HTF secretariado pelo EUMS. Os peritos nacionais que constituíam o HTF, grupo no qual tivemos o orgulho de trabalhar, começaram por importar os cenários genéricos da UEO, que consubstanciam as missões designadas por "Petersberg", para em seguida com base nesses cenários elaborar uma listagem de Requisitos e Capacidades necessárias para atingir o HHG, que se designou por "Helsinki Requirements Catalogue" (HRC).

Após a aprovação dessa listagem foram pedidos aos Estados Membros contribuições voluntárias com Forças que respondessem aos requisitos expressos no Catálogo, tendo-se com essas forças elaborado o "Helsinki Forces Catalogue" (HFC). A diferença entre as Capacidades que se pretende vir a possuir listadas no HRC, e as que foram disponibilizadas voluntariamente pelos Estados Membros em termos de Forças listadas no HFC, serviu de base para a elaboração do Catálogo com as lacunas (*shortfalls*) que se designou por "Helsinki Progress Catalogue" (HPC), ou seja as Capacidades que a UE precisava de vir a adquirir para atingir o HHG.

Após a aprovação do HPC no Conselho da UE foi lançado o "European Capability Action Plan" tendo em vista resolver o problema das lacunas

na UE. Portugal neste processo disponibilizou um Quartel-general de Operações Especiais, lacuna então existente na UE.

Este processo de elaboração dos Catálogos foi repetido duas vezes, entre 2003 e 2007, tendo Portugal em 2007, então na Presidência da UE, finalizado o agora designado por "Progress Catalogue" (PC).

Ainda em 2007 foi estabelecido e aprovado no Conselho um novo processo de desenvolvimento de Capacidades Militares, designado por "Capability Development Process" (GDP).

O GDP é um processo em que o MC e a EDA, órgão então recentemente criado na UE, têm diferentes responsabilidades na priorização das lacunas que terão influência no desenvolvimento de novas Capacidades Militares na UE a Médio/Longo Prazo.

No GDP estão definidas as responsabilidades específicas do MC e da EDA nas diferentes fases do processo designadas por "strands".

A EDA e o "Pooling and Sharing"

Antes de a EDA ter sido estabelecida foram realizados vários seminários, com peritos militares, investigadores operacionais, cientistas entre outros, nos quais tivemos o privilégio de participar, provenientes dos diversos Estados Membros da UE, tendo em vista estabelecer uma visão de longo prazo, ("Long Term Vision"/LTV), de acordo com as prospectivas de desenvolvimento estabelecidas nos diversos domínios do conhecimento, tendo em vista determinar qual o futuro papel da agência.

Na atualidade, ao invés de no passado recente, primeiro desenvolvem-se os conceitos baseados numa visão prospectiva do futuro e, posteriormente desenvolvem-se os projetos iniciando-se com a Investigação e desenvolvimento até se chegar à produção, processo designado por "procurement", pois já existe tecnologia suficiente para pôr em prática o que se pretende.

Na sequência dos referidos seminários a EDA foi implementada provisoriamente em 2005 e formalizada posteriormente no Tratado de Lisboa em 2007, tendo em vista criar uma Agência Intergovernamental, onde estão representados todos os Estados Membros da UE nos mais diversos níveis de decisão, desde os Ministros da Defesa representados no seu "Steering Board", aos Diretores Gerais de Armamento e aos peritos nacionais provenientes geralmente das Direções Gerais de Armamento. Uma das missões da EDA é a de estabelecer a ligação entre as universidades e os seus investigadores, as indústrias de defesa Europeias e os decisores políticos, tendo em vista desenvolver projetos conducentes ao desenvolvimento de Capacidades Militares na UE. Neste sentido a EDA pretende também servir de "motor" para o desenvolvimento das indústrias de defesa dos Estados Membros. A Agência tem ainda como missão atuar como facilitadora e integradora de todo o processo de "Procurement" dos Estados Membros, desenvolvendo projetos onde se pretende que participem o maior número possível de Estados Membros. No âmbito do CDP da responsabilidade conjunta e partilhada do MC e da EDA, referido no capítulo anterior, em Julho de 2008 foi efetuada a primeira priorização das lacunas listadas no PC e em 2011 a segunda, após várias negociações tendo em vista conseguir que o interesse coletivo da UE seja coincidente com o dos Estados Membros, ou seja para que haja sobreposição de interesses, que levem a que sejam desenvolvidos projetos conducentes ao desenvolvimento das capacidades militares em falta.

O "top ten", priorizado pela EDA e pelos Estados Membros no Âmbito do CDP em termos das lacunas existentes na UE são: na Capacidade de "Counter Improvised Explosive Devices"(C-IED); na de "Medical Support"; na de "Intelligence Surveillance and Reconnaissance"; na de "Cyber Defense"; na de "Increased Availability of Helicopters"; na de "Multinational Logistic Support"; na de "GSDP Information Exchange"; na de "Airlift Management"; na de "Fuel

and Energy"; e na de "Mobility Assurance".

Tendo em vista mitigar as lacunas supra apresentadas a Agência já desenvolveu na prática alguns projetos relativos ao "Counter-IED" no Afeganistão, nomeadamente instalando um laboratório com a missão de romper as redes de IED ("disrupting IED networks"), bem como efetuou em 2012, também no Afeganistão, treino específico nesta área ministrando um curso.

No campo do treino de helicópteros 1300 pessoas, 114 tripulações receberam treino para operar em formações multinacionais, sendo que foi utilizada a experiência de 63 dessas formações no Afeganistão.

O conceito de "Pooling and Sharing" na UE foi estabelecido na Cimeira de Ministros da Defesa de Gent em setembro de 2010 e, em março de 2012 o "Steering Board" da agência, reunião ao nível de ministros da defesa, atribuiu especificamente a missão à EDA de desenvolver e pôr em prática o supra citado conceito, por a Agência ser por excelência o órgão onde este conceito se pode e deve consustanciar.

O "Pooling and Sharing" surgiu numa altura de grandes dificuldades financeiras na UE. Os cortes dramáticos nos orçamentos de defesa da maioria dos Estados Membros, só podem ser mitigados aumentando a cooperação entre todos, o "Pooling and Sharing" parece ser a forma de tornar mais eficientes os gastos em defesa, numa altura de escassos recursos financeiros.

Este conceito de "Pooling and Sharing", poderá ser uma forma dos Estados Membros conseguirem ter mais soberania, pois permite que estes possam atingir os seus próprios objetivos de forças de uma forma integrada, fato que dificilmente conseguiriam de uma forma isolada.

A Agência tem atualmente capacidades para efetuar toda a coordenação estratégica tendo em vista integrar os planeamentos de defesa dos Estados Membros, desenvolver projetos de cooperação, bilaterais e multilaterais direcionados prioritariamente para as dez principais lacunas apresentadas em 2011, que

a médio/longo prazo conduzirão inequivocamente a uma cooperação entre os diversos Estados Membros mais estruturada em termos permanentes. Pelo supra exposto, parece ser através do "Pooling and Sharing" que se pretende atingir o que está consignado no Tratado de Lisboa, designado por Cooperação Estruturada Permanente (PESCO). O conceito da PESCO inicialmente desenvolvido, era muito exigente e parecia não ser inclusivo de todos os Estados Membros, facto que levou a que tivesse que haver esta nova abordagem de aproximação indireta através do "Pooling and Sharing". A UE avança à medida que os Estados Membros vão lançando os seus "non papers" ou "food for thoughts", alguns desses documentos transformam-se em conceitos e outros não, por vezes pensa-se que determinado conceito conduz a determinados resultados e tal não acontece, pelo que se tenta abordar o problema de outra forma, como parece ser o caso em apreço. A UE não avança contra vontade dos seus Estados Membros.

O processo de desenvolvimento de Capacidades na UE é como referimos um processo voluntário, em que os Estados Membros disponibilizam Capacidades para o FC, bem como integram projetos para desenvolvimento de Capacidades futuras (lacunas), ao invés da NATO que nos seus ciclos de planeamento de forças, distribui fatias do "bolo" das capacidades que necessita por todas as nações, de acordo com o seu Produto Interno Bruto, necessidades essas que depois são consubstanciadas nos questionários de defesa designados por DPQ.

Os EUA em virtude de estarem a balancear-se para a área da Ásia Pacífico pretendem que a Europa tenha mais autonomia em relação à dependência que têm das suas Capacidades Militares.

O conceito de "Smart Defence" da NATO é um novo conceito que converge com o do "Pooling and Sharing" na sua essência, pois trata-se na prática de convencer a Europa a resolver os seus problemas sem o apoio dos EUA.

Conclusões

A UE ao longo da última década desenvolveu e consolidou as estruturas permanentes, capazes de aconselhar militarmente o Conselho, estabelecer conceitos, desenvolver Capacidades Militares, aconselhar, planejar e em último ratio conduzir limitadas operações militares autónomas, bem como que lhe permite integrar, planejar e desenvolver as Capacidades Militares em falta em conjugação com os Estados Membros, assim haja vontade política de as usar.

O CDP permite que a EDA e o MC assumam um papel essencial na priorização das lacunas e no desenvolvimento posterior das Capacidades Militares na UE, pois são os responsáveis pelo desenvolvimento dos diversos "strands" (parcelas). As dez lacunas em termos de Capacidades priorizadas no âmbito do CDP são: na Capacidade de "Counter Improvised Explosive Devices" (CIED); na de "Medical Support"; na de "Intelligence Surveillance and Reconnaissance"; na de "Cyber Defense"; na de "Increased Availability of Helicopters"; na de "Multinational Logistic Support"; na de "GSDP Information Exchange"; na de "Airlift Management"; na de "Fuel and Energy"; e na de "Mobility Assurance".

A European Defence Agency é a agência intergovernamental por excelência para efetuar a coordenação estratégica em termos de Capacidades militares na UE e para se efetuar o "Pooling and Sharing", conforme determinado pelo "Steering Group" da Agência em 2012, ou seja para que os Estados Membros através dela possam integrar os seus planeamentos de defesa e posteriormente desenvolver, quer bilateral quer multilateralmente, projetos em Cooperação de "procurement" de uma forma estruturada e permanente.

O conceito da PESCO inicialmente desenvolvido, após o Tratado de Lisboa, era muito exigente e parecia não ser inclusivo de todos os Estados Membros, facto que levou a que tivesse que haver esta

nova abordagem de aproximação indireta através do "Pooling and Sharing" tendo em vista atingir o mesmo objetivo, ou seja que a UE possa atingir a tão almejada Cooperação Estruturada Permanente. A "Smart Defence" conceito desenvolvido no âmbito da NATO e o "Pooling and Sharing" da UE têm os mesmos objetivos, ou seja permitir que a Europa venha a ter uma capacidade de defesa autónoma. A possível integração dos planeamentos de defesa e a Cooperação Estruturada mais Permanente, não pressupõem de forma alguma a criação de um eventual exército federal Europeu no futuro, que os Estados Membros aparentemente tanto temem.

O caminho faz-se caminhando e parece-nos que está a ser conduzido de uma forma holística e não "step by step".

Referências

Biscop, Sven and Clement, Jo (2012). "Military Capabilities: From Pooling and Sharing to a Permanent and Structured Approach", *Security Policy Brief*, No. 37, September 2012. Brussels: Egmont - Royal Institute for International Relations.

Glière, Catherine (2008). "EU Security and Defence: Core Documents 2007", compiled by Catherine Glière, *Chaillot Paper* Nº 112, Volume VIII, October 2008. Paris: European Union Institute for Security Studies.

Glière, Catherine (2009). "EU Security and Defence: Core Documents 2008", compiled by Catherine Glière, *Chaillot Paper* Nº 117, Volume IX, July 2009. Paris: European Union Institute for Security Studies.

Glière, Catherine (2010). *European Union Security and Defence: Core Documents 2009*, compiled by Catherine Glière, Volume X, July 2010. Paris: European Union Institute for Security Studies.

Glière, Catherine (2011). *European Union Security and Defence: Core documents 2010*, compiled by Catherine Glière, Volume XI, July 2011. Paris: European Union Institute for Security Studies.

Grevi, G., Helly, D. and Keohane, D., Eds., (2009). *European Security and Defence Policy: The First Ten Years (1999-2009)*. Paris: European Union Institute for Security Studies.

Hillmann, Jörg and Hadjisavvas, Constantinos Ch., Eds., (2012). *Military Capabilities Development in the framework of the Common Security and Defence Policy*. Published by Cyprus Presidency of the Council of the EU 2012/Ministry of Defence. Nicosia: Ministry of Defence of the Republic of Cyprus.

Jones, Ben (2011). "Franco British Military Cooperation: A New Engine for European Defense?". *Occasional paper*, No. 88, February 2011. Paris: European Union Institute for Security Studies.

Silva, Nuno Pereira da (2009). *A Segurança e Defesa da Europa: da PESC à PESCO*. Lisboa: Edições Prefácio.

Simón, Luis (2010). "Command and control? Planning for EU military operation". *Occasional paper*, No. 81, January 2010. Paris: European Union Institute for Security Studies.

Treaty of Lisbon (2008). *Official journal of the European Union*, C 115, 09/05/2008, p. 0001-0388.

Vasconcelos, Álvaro de, Dir., (2010). *Quelle Défense Européenne en 2020?*. Paris: European Union Institute for Security Studies.

O PAPEL POLÍTICO DA IGREJA ORTODOXA NA FEDERAÇÃO RUSSA

MARIA FRANCISCA SARAIVA

Doutorada em Relações Internacionais pelo ISCSP onde é docente. Assessora e investigadora do IDN.

Introdução

Após uma primeira fase de euforia democrática, logo a seguir à queda do muro de Berlim sobreveio, no consulado de Ieltsin, um período de turbulência na Rússia que hoje atribuímos aos excessos do liberalismo dos "Chicago Boys". Quando Putin chegou ao poder tratou de repor a ordem através de uma lógica autoritária, passando a exercer o poder de forma abertamente musculada e centralizada. Um dos problemas que Putin considerou prioritários resolver foi a perda de identidade cultural da Rússia resultante das mudanças políticas e fraturas sociais associadas ao processo de transição. A partir da questão da identidade da nação russa Putin desenhou uma estratégia que lhe tem permitido resolver alguns problemas internos, do ponto de vista da estabilidade necessária à sobrevivência do regime, e utiliza a questão da unidade cultural russa como vetor de afirmação dos interesses e valores russos no mundo.

Para o Kremlin, é muito importante unificar a sociedade russa em torno de valores como a estabilidade e a consolidação do espaço euroasiático ancorado nos valores da civilização eslava-ortodoxa. A Igreja Ortodoxa Russa, que reemergiu após o colapso do comunismo aproveitando a abertura religiosa que acabou com décadas de "ateísmo forçado", é o interlocu-

tor natural do regime para a consolidação deste projeto político. Em poucos anos, o discurso patriótico da grandeza da nação russa passou a dispor de mecanismos institucionalizados envolvendo as organizações ortodoxas do país, selando-se uma aliança entre o Kremlin e a Igreja Ortodoxa Russa de tal modo íntima que esta organização religiosa se tornou, em poucos anos, praticamente parte integrante da burocracia do Estado russo. Esta relação é possível pela vantagem mútua que o regime e a Igreja Ortodoxa Russa retiram da colaboração, mas a "clericalização" do Estado enfrenta hoje resistências na sociedade civil russa emergente, uma forte contestação que surge dentro das fileiras da própria Igreja Ortodoxa Russa e no panorama religioso russo, dentro do qual se movimentam confissões religiosas que olham com suspeição para esta relação privilegiada do Estado com a ortodoxia russa.

A Ascensão da Igreja Ortodoxa Russa na Política Russa

Os russos são tradicionalmente cristãos ortodoxos. No entanto, a Federação Russa é oficialmente um Estado secular tendo reconhecido em 1997 o Cristianismo Ortodoxo, o Islão, o Budismo e o Judaísmo como religiões tradicionais da Rússia (Duncan, 2005: 282).

Existe a percepção generalizada de que a sociedade russa

é uma sociedade profundamente religiosa. Com efeito, 81% dos russos definem-se a si próprios como cristãos ortodoxos. Todavia, e contrariamente ao que se poderia supor, o sentido de pertença ao mundo ortodoxo não é assumido do ponto de vista religioso, estimando-se que uma pequena percentagem de russos, não mais do que 7% (ou 15%, segundo dados disponibilizados por alguns inquéritos) frequentem com regularidade a igreja (Bashkirova & Partners Survey, s.d). Deste modo, a identificação da sociedade com a Igreja Ortodoxa Russa é essencialmente uma ligação cultural, que reconhece a Igreja ortodoxa como uma das instituições russas mais confiáveis, guardiã de um importante património cultural assente nos valores da família e do trabalho (idem).

O retorno da religião à vida pública foi faseado. Em 1990, a liberdade religiosa, perdida em 1917, foi recuperada com a aprovação de legislação que consignou a igualdade de todas as denominações religiosas perante a lei, declarou a Rússia como um Estado secular, proibiu uma religião do Estado e negou ao Estado qualquer tipo de intervenção nos assuntos religiosos. As Igrejas tradicionais no país, como o Cristianismo Ortodoxo, o Budismo, o Judaísmo e o Islamismo foram então reativadas. Esta abertura do regime foi acompanhada por um novo dinamismo no campo das Igrejas Cristãs, como a Católica, a Baptista, a Metodista, a Luterana e a Pentecostal, que ganharam um importante espaço de intervenção na Rússia pós-soviética. As mudanças não ficaram, contudo, por aqui. A mudança de regime abriu espaço a grupos não tradicionais, como a Cientologia ou os Hare Krishna, que viram nesta abertura uma oportunidade de se instalarem nas províncias rurais russas para aí desenvolverem ações de proselitismo e doutrinação. A presença dos missionários evangélicos no território russo tem sido, aliás, uma preocupação para o Kremlin, por se suspeitar que os movimentos protestantes vindos dos Estados Unidos beneficiam do apoio dos serviços de informações americanos por forma a poderem acompanhar de perto as

políticas e estratégias russas a partir do território russo (Payne, 2010: 714; citando Anderson, 2007: 719).

A Igreja Ortodoxa Russa reagiu prontamente a estes desenvolvimentos tendo conseguido a promulgação, em 1997, de uma legislação mais restritiva em matéria de crenças e de culto religioso¹. A nova legislação elevou o estatuto da Igreja Ortodoxa Russa ao assumir a relevância da Igreja Ortodoxa no seio das igrejas tradicionais e a sua indiscutível contribuição para a cultura russa. Por outro lado, o estatuto privilegiado da Igreja Ortodoxa é acompanhada por uma política que distingue as igrejas tradicionais de outras crenças não tradicionais, ficando estas últimas sujeitas a registo especial e com uma ação social limitada regulada pelo Estado russo (Davis, 2002: 659-660). Inicia-se assim, formalmente, uma aliança entre o poder e as autoridades religiosas que contraria a Constituição da Federação Russa de 1993, que proíbe expressamente uma religião do Estado e professa os valores do secularismo, a separação de poderes e o respeito pelas convenções de direitos humanos de que a Federação Russa é Estado parte (idem, 663).

A Aliança entre o Regime de Putin e a Igreja Ortodoxa Russa

As presidências de Putin (2000-2008) conheceram uma grande aproximação do poder à Igreja. A colaboração foi no entanto mantida intencionalmente dentro de determinados limites. Por exemplo, um aspeto bastante importante é que os pastores da Igreja não podiam participar em partidos religiosos, embora existissem partidos de inspiração religiosa, fundados pelos fiéis, como a *Russia Christian Democratic Party*, a *All-Russian Christian Union* e a *Union of Christian Democrats of Russia* (idem, 664). Diferentemente do plano político, a Igreja Ortodoxa Russa sempre fez questão de assumir posições públicas sobre a situação económica e social do país e o “nível de moralidade pública” da nação. Durante a última campanha eleitoral, em 2012, a

Igreja Ortodoxa Russa envolveu-se pela primeira vez na luta política ao tornar clara a sua preferência pelas ideias de Putin e dos seus apoiantes. Recorde-se que o patriarca Krill apoiou abertamente a candidatura de Putin à presidência e a sua visão sobre a Rússia, ao arrepio dos preceitos constitucionais que definem o Estado russo como um Estado secular. De regresso à presidência, Putin precisava de reinventar a “ideia nacional russa”, único caminho para alcançar a reconciliação nacional e permitir a formação de alguns consensos políticos. Neste sentido, a procura da essência nacional russa é o mais importante instrumento de legitimação das escolhas políticas da elite dirigente. A retórica é nacionalista e baseia-se na espiritualidade ortodoxa de que a Igreja Ortodoxa Russa é a fiel guardiã. A razão desta opção prende-se com o facto da Igreja Ortodoxa Russa ter sido a única instituição russa que sobreviveu ao ateísmo imposto pelo regime comunista, bem como ao liberalismo da governação de Ieltsin, que se seguiu à derrocada da URSS. Para Putin, o “mundo russo” requer o empenhamento da reserva moral da nação (idem, 658). O modelo de “civilização ortodoxa” tem sido depurado de modo a servir de referência ideológica à nação russa, mas a sua utilidade não se esgota neste aspeto. Putin tem defendido que a alma russa também deve ser defendida no mundo eslavo que vive fora do território russo (Duncan, idem: 286). Esta comunidade de valores corresponde, em linhas gerais, a um programa de domínio eslavo sob hegemonia russa, um projeto político que o presidente pretende desenvolver na Rússia e no exterior da Rússia, retirando o máximo de sinergias dos dois processos.

O patriarca Kirill deu substância teológica às ideias políticas de Putin, ao teorizar a existência de uma “civilização ortodoxa”. O novo patriarca vem defendendo que a Igreja cristã ortodoxa é uma religião de comunidade mais do que uma religião de vivência individual e que deve ser entendida como uma civilização especial. Em suma, o regime

defende que esta civilização é fundamentalmente distinta da civilização ocidental e das visões mais orientais. A Igreja Ortodoxa Russa tem, por isso mesmo, dado grande atenção à “segurança espiritual” da diáspora russa, dentro e fora do perímetro da ex-URSS e à devolução das propriedades confiscadas pelo Estado no período soviético. A segunda fase do processo de aproximação ao aparelho de poder russo teve início em Outubro de 2012, com o anúncio da Igreja Ortodoxa Russa de que em casos muito especiais poderia vir a autorizar o envolvimento de padres em campanhas eleitorais, nos casos em que fosse necessário contrariar campanhas anticlericais de forças apóstatas apostadas em destruir os valores ortodoxos. A participação de religiosos em partidos políticos ainda não é permitida², mas gerou-se uma dinâmica política que protege os interesses da Igreja Ortodoxa Russa, como demonstra a legislação sobre ONG aprovada pelo parlamento russo no Verão de 2012 e a reintrodução no ordenamento jurídico russo do crime de difamação (Radio Free Europe, 2013).

A nova legislação exige que as ONG com atividades políticas financiadas no exterior se registem junto do Ministério da Justiça numa lista autónoma de ONG que têm estatuto de “agentes estrangeiros” e entreguem relatórios periódicos das suas atividades (Runkevich, 2012). Caso contrário, podem ser multadas e até encerradas. Nos últimos anos, o Kremlin tem promovido a influência religiosa da Igreja Ortodoxa junto das Forças Armadas. De acordo com a legislação aprovada em 2009, todas as confissões tradicionais podem desenvolver atividade religiosa nas Forças Armadas russas, mas o documento faz depender esta autorização da existência de pelo menos 10% de crentes da confissão em causa nas fileiras das Forças Armadas. Segundo estatísticas do próprio Ministério da Defesa, 83% dos militares identificam-se (cultural ou religiosamente) com a Igreja Ortodoxa o que garante à Igreja Ortodoxa Russa um quase monopólio religioso nas Forças

Armadas russas (Blitt, 2012: 98). Outras pretensões da Igreja Ortodoxa foram entretanto atendidas, como a introdução da teologia como disciplina curricular nas Academias Militares russas (Gorenburg, 2012).

Observa-se igualmente uma penetração dos valores ortodoxos no sistema educativo público, estando em marcha um programa piloto que abrange 19 regiões russas. Este ano, os alunos na faixa etária dos 10 e 11 anos terão de frequentar, pela primeira vez, uma disciplina obrigatória, “Fundamentos de Culturas Religiosas e Éticas Seculares”, que envolve o estudo de quatro das cinco principais religiões do país³, sendo possível escolher módulos específicos sobre determinadas confissões religiosas. Neste sentido, as universidades federais começaram a abrir, de 2000 a esta parte, departamentos de teologia para formar especialistas capazes de lecionar matérias religiosas aos alunos desta faixa etária (idem, ibidem: 100).

O alcance desta aliança estratégica é muito grande. A promoção da Igreja Ortodoxa Russa como referência cultural do regime - uma tentativa de associar o mito da superioridade moral do regime aos valores da ortodoxia - permite concretizar uma estratégia que visa facilitar o exercício de um poder político musculado. Este poder procura fazer uma síntese entre a tradição, que apela aos valores da ortodoxia russa, e uma visão profundamente renovada da política económica, orientada para políticas de modernização e crescimento económico de longo prazo.

Todavia, uma coisa é certa. Este caminho tem muitos obstáculos. A ainda frágil sociedade civil russa, essencialmente urbana e educada, considera inaceitável a incorporação de elementos ortodoxos no aparelho burocrático do Estado russo. Por seu turno, no interior da hierarquia ortodoxa russa, que passa por uma fase de grande desorganização, o assunto também não é pacífico. Várias sensibilidades internas têm dito que é preciso romper com esta política, mas a confusão interna não permite uma clarificação das posições existentes.

Por fim, a complexa situação das outras confissões religiosas tradicionais O Islamismo, que é tolerado pelo facto da sua cúpula ter posições moderadas, e o Budismo e Judaísmo, basicamente ignorados, sentem-se excluídos da vida política e social da nação. No entanto, há um aspeto que os une e que os aproxima dos ortodoxos, a necessidade de travar os movimentos não tradicionais, como os missionários evangélicos e outras novas confissões, como a Cientologia, por exemplo. Finalmente, a manutenção da aliança de Putin com a ortodoxia tem ainda que enfrentar as dificuldades de diálogo com o Catolicismo. Isto porque, apesar dos apelos ecuménicos da Igreja Católica, a gestão da relação política com o Ocidente continua a ser um assunto de elevada sensibilidade.

Conclusão

A ascensão meteórica da Igreja Ortodoxa Russa junto da elite governante russa revela uma transformação óbvia do papel atribuído à educação espiritual da nação.

No processo de implementação de um regime quase confessional na Rússia, a Igreja Ortodoxa desempenha um papel central na defesa dos “valores espirituais” do Estado e da matriz identitária do regime autocrático de Putin. Neste grande projeto estratégico, Putin incluiu na “grande nação russa” as populações de etnia russa que vivem fora da Federação Russa e ainda a população que fala russo e que vive nas ex-repúblicas da URSS e que, regra geral, não são cidadãos da Federação. Este eslavofilismo é acompanhado por um movimento de renovação religiosa interna e uma união com todos os povos de tradição ortodoxa no mundo e do mesmo sangue.

No plano interno, o Kremlin tem perseguido as novas confissões religiosas e ignorado as outras confissões tradicionais, que continuam excluídas de qualquer mecanismo de cooperação com o poder político em áreas importantes da governação onde a Igreja Ortodoxa marca hoje presença, como é o

caso das Forças Armadas e do sistema de ensino. A aliança entre o Kremlin e a ortodoxia, que conta com a oposição da sociedade civil, de algumas fações da Igreja Ortodoxa Russa e das restantes confissões tradicionais na Rússia é, no fundo, uma reemergência das correntes nacionalistas russas. Este nacionalismo é uma mistura de tendências que resulta da desilusão com o modelo económico ocidental, de uma certa nostalgia em relação ao passado soviético, mas também uma reação à globalização e homogeneização cultural e ainda a defesa de uma cultura euroasiática singular, que rejeita a intromissão do Ocidente, tanto católico como protestante, mas também do Islão fundamentalista e do ateísmo da sociedade europeia, tudo isto ligado à ideia de uma civilização ortodoxa singular.

Referências

Anderson, John (2007). "Putin and the Russian Orthodox Church: Asymmetric Symphonia?". *Journal of International Affairs*. Vol. 61: 1, pp. 185-201.

Bashkirova & Partners Survey 2004-2006 (s.d.). *Religion and Politics in Russia*. IAPC. Barcelona, 39th World Conference.

Blitt, Robert C. (2012). "Whither Secular Bear: the Russian Orthodox Church's Strengthening Influence on Russia's Domestic and Foreign Policy". *Legal Studies Research Paper Series*. Vol. 173. University of Tennessee: College of Law, pp. 89-125.

Duncan, Peter J. S. (2005). "Contemporary Russian Identity between East and West". *The Historical Journal*. Vol. 48: 1, pp. 277-294.

Davis, Dereck H. (2002). "The Russia Orthodox Church and the Future of Russia". *Journal of Church and State*. Vol. 44: 4, pp. 657-670.

Gorenburg, Dmitry (2012). *The Army and the Church*, 24 de Agosto. Disponível em worldpress.com, acessado em 25 de Fevereiro de 2013.

Payne, David P. (2010). "Spiritual Security, the Russian Orthodox Church, and the Russian Foreign

Ministry - Collaboration or Cooptation?". *Journal of Church and State*. Vol. 52: 4, pp. 712-727.

Runkevich, Dmitry (2012). "Human-Rights Organizations to Boycott New Law NGOs". *Izvestia*. 13 de setembro. Disponível em http://rbth.ru/articles/2012/09/13/humanrights_organizations_to_boycott_new_law_on_ngos_18249.html, acessado em 1 de Março de 2013.

Radio Free Europe (2013) *Russian Duma Passes Controversial Defamation, NGO Bills*. Disponível em <http://www.rferl.org/content/russia-duma-to-vote-on-controversial-bills/24643937.html>

Notas

¹ *Law on Freedom of Conscience and on Religious Associations*.

² Ver <http://www.periodistadigital.com/religion/otras-confesiones/2012/10/05/la-iglesia-ort>.

³ Excluindo-se da oferta educativa ensinamentos sobre a Igreja Católica. Ver <http://lpc.org.br/noticias/1690-russia-reimplanta-ensino-religiosas-escolas-do-pais>.